



A prostituta e o outro: reflexões sobre a noção de alteridade nos discursos e práticas institucionais

Mariana Luciano Afonso

Rosemeire Aparecida Scopinho

Resumo: O artigo discute as formas como se manifesta a noção de alteridade nos discursos e práticas de três importantes instituições da cidade Sorocaba (SP), que lidam com a prostituição de rua no centro da cidade: um dos Conselhos de Segurança da cidade, uma instituição religiosa e uma ONG. As prostitutas, historicamente, têm sido vítimas de discriminação e exclusão, atualmente vivenciam uma situação de vulnerabilidade social, e a sociedade discute formas de atendimento e de inclusão deste grupo social. Para construir uma sociedade mais justa e inclusiva, é necessário compreender práticas discriminatórias e mecanismos de segregação e exclusão, e construir conhecimento sobre as relações de alteridade. A investigação se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com representantes das instituições e da análise de documentos produzidos pelas mesmas. Tomando como referencial teórico os níveis de alteridade descritos por Denise Jodelet, concluiu-se que, para a ONG, a prostituta é vista como sujeito de direitos, como outro-semelhante; a Igreja a vê como estrangeiro, com empatia, mas sem identificação; o CONSEG estabelece com ela uma relação de alteridade radical, vê a prostituta como alguém que deve ser socialmente excluída.

Palavras-chave: Prostituição. Alteridade. Instituições. Exclusão social.

Abstract: **The prostitute and the other: reflections about the notion of alterity in the institutional discourses and practices.** This article discusses the notion of alterity in the discourses and practices of three important institutions in the city of Sorocaba (SP), which have close contact with low-income prostitutes in downtown: one of the Security Councils of the city, a religious institution, and a NGO. Historically, prostitutes have been suffering discrimination and exclusion, currently, they are experiencing a situation of social vulnerability, and society discusses ways of treatment and inclusion of this social group. To build a fairer and more inclusive society, it's necessary to understand discriminatory practices and segregation mechanisms, and build knowledge about relations of alterity. The research was done by conducting semi-structured interviews with representatives of the institutions, and by analysis of documents produced by them. The theoretical framework were the alterity levels described by Denise Jodelet, it's concluded that to the NGO, the prostitute is seen as a subject with rights, like a similar-other; the religious institution sees her as foreign, with empathy but without identification; the Security Council establishes a relation of radical alterity with her, sees her as someone that should be excluded by society.

Keywords: Prostitution. Alterity. Institutions. Social exclusion.

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado, finalizada em agosto de 2014, que teve como tema as representações sociais de prostitutas¹ da região central de Sorocaba-SP sobre a regulamentação da prostituição (AFONSO, 2014). O objetivo deste artigo é abordar, especificamente, as formas como se manifesta a noção de alteridade nos discursos e práticas sociais de três importantes instituições envolvidas na discussão e nas práticas de controle da prostituição de rua nesta cidade.

A prostituição, conhecida pelo senso comum como a “mais antiga profissão do mundo”, sempre foi um tema envolto por muita polêmica de modo que, historicamente, os Estados encontram-se divididos entre a proibição ou regulamentação (FÁVERI, 2010; LEGARDINIER, 2009). O estigma carregado pelas prostitutas e a discriminação que sofrem remontam desde a antiguidade e persistem até os dias atuais (ROBERTS, 1992; OLIVEIRA, 2008; AFONSO; SCOPINHO, 2013).

Durante os últimos 30 anos o comércio sexual cresceu e diversificou-se rapidamente, configurando-se como uma indústria que faz circular bilhões de dólares (BERNSTEIN, 2008). Paralelamente à inclusão da indústria do sexo no sistema capitalista, contudo, as prostitutas ainda têm sido culpabilizadas, criminalizadas, socialmente excluídas e invisibilizadas, e a atividade ocorre em um meio de risco devido à exposição à violência, álcool, drogas e doenças, deixando-as em situação de vulnerabilidade social (GUIMARÃES; MERCHÁN-HAMANN, 2005). A sociedade brasileira tem discutido formas de inclusão social dos grupos vulneráveis por meio das demandas postas por movimentos sociais, ONGs e outras instituições sociais, filantrópicas ou não. Porém, as respostas do Estado são ainda muito tímidas, principalmente na forma de programas e políticas públicas nas áreas de saúde e segurança.

Para construir uma sociedade mais justa e inclusiva, é necessário compreender as práticas discriminatórias e os mecanismos de segregação e exclusão. Para isso, é preciso estudar as relações que os indivíduos, ou grupos sociais, estabelecem com o **outro**. É necessário construir conhecimento sobre como se dão as relações de alteridade para poder

¹ Utilizamos o termo “prostitutas” ao invés de “profissionais do sexo” ou “trabalhadoras do sexo” porque partilhamos da concepção de que eles contribuem para uma naturalização da atividade, induzindo ao discurso de que se trata de um ‘trabalho como outro qualquer’, sem que se realize um debate mais profundo sobre o tema (DINIZ, 2009).

lidar com elas adequadamente. Dado que as prostitutas, historicamente, têm sido vítimas de discriminação e exclusão, faz-se de grande importância estudar a alteridade em relação a esse grupo social.

O conceito de alteridade

Como ser social o homem constitui-se a partir das relações que estabelece em sociedade, tanto com aqueles que ele reconhece como “seus iguais”, ou seja, com os quais compartilha uma identidade social, quanto com aqueles que considera diferentes ou distintos, com os outros. Sem a relação com o outro e o reconhecimento do outro não seria possível existir linguagem, formas simbólicas e identidades. Segundo Jovchelovitch (1998), é na relação com o outro que estão, portanto, os elementos fundantes da vida psíquica e social. A autora aponta a importância da alteridade para a construção da identidade:

A alteridade [...] fornece ao sujeito social as referências e os significados em relação aos quais a subjetividade emerge, se sustenta e, se for o caso, se defende. A identidade do interno sempre emerge em relação a identidade do externo. É quando o sujeito é capaz de reconhecer, acessar, avaliar e mesmo rejeitar o externo, que ele pode reconhecer quem é (JOVCHELOVITCH, 1998, p. 79).

A alteridade manifesta-se nas relações estabelecidas, justamente, com os que julgamos serem diferente de nós, com os quais não compartilhamos uma identidade de grupo, com aquele considerado “não-eu” ou “não-nós”, com o outro (JODELET, 1998; DESCHAMPS; MOLINER, 2009). É importante frisar, portanto, que a alteridade não é uma característica intrínseca a um determinado sujeito ou grupo social, mas sim, uma qualificação que lhe é atribuída do exterior.

A questão da alteridade insere-se em um espaço intelectual de largo espectro, desde a filosofia e a moral até as ciências humanas e sociais. Neste amplo espectro, Jodelet (1998) diferencia os conceitos de “alteridade de fora” e de “alteridade de dentro”. A primeira é definida como sendo referente ao ‘exótico’, ao ‘longínquo’, em relação a uma dada cultura. A alteridade de fora tem se constituído como objeto de estudo da Antropologia. Nela, a concepção do mesmo e do outro seria, historicamente, estabelecida a partir da pluralidade espacial, temporal e cultural, uma vez que “O outro se define em vista da identidade de um observador ocidental arquetípico” (JODELET, 1995, p. 49), especialmente devido ao afastamento geográfico e cultural. A segunda, por sua vez, refere-se à distinção de pessoas



dentro de um mesmo conjunto social ou cultural, por serem marcadas com uma espécie de selo da diferença, que pode ser física – como raça, cor, deficiência – ou ligada a uma noção de pertença de grupo – como nacional, étnico, comunitário, religioso, etc. Distinguindo-se no interior de um dado conjunto social ou cultural, podem ser considerados como fonte de mal estar ou de ameaça. Uma vez que as prostitutas não estão afastadas, geográfica ou culturalmente das três instituições investigadas, é este tipo de alteridade que abordaremos neste artigo.

Jodelet (1998) estabelece, ainda, diferentes “níveis” ou “degraus” que o outro recebe na escala da alteridade que vai do extremo do mesmo ao extremo do outro, destacando-se três: o primeiro diz respeito à noção do outro-semelhante, em que, por uma espécie de transferência, o sujeito remete ao outro-semelhante, que lhe é exterior, características dele próprio. Neste caso, apesar de existir alguma noção de pluralidades e diferenças entre o sujeito em si e este outro-semelhante, trata-se de uma diferenciação branda. O segundo trata da noção de estrangeiro, como sendo aquele que não tem raízes com o grupo, não partilha das mesmas características e experiências, não mantém, portanto, uma relação de identidade, mas sim de contiguidade. Pode partilhar de características mais gerais, como ser da natureza humana, de uma mesma classe social ou profissão, mas tem diferenças específicas em relação ao grupo, e constitui-se como uma espécie de ameaça. E o terceiro refere-se à noção de alteridade radical, que se manifesta quando a diferença representada pelo outro se traduz em uma essência negativa. A alteridade radical tem a sua expressão ideal-típica e extrema no racismo, levando às práticas de desprezo, violência, exclusão, humilhação e intolerância. Em nossa análise, buscaremos identificar também esses diferentes níveis.

Procedimentos metodológicos

Foram investigados os discursos e práticas de três instituições, que se ocupam da discussão e da implantação de práticas de controle da prostituição de rua na região central de Sorocaba: um dos Conselhos de Segurança da cidade (CONSEG), uma ala da igreja católica, e uma Organização Não Governamental (ONG).

A investigação baseou-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, e se deu por meio da análise de documentos produzidos pelas instituições, encontrados nos seus respectivos *sites*, notícias jornalísticas e entrevistas com seis membros das mesmas. As entrevistas

tiveram um formato semiestruturado pois, segundo Spink (2004), entrevistas com um roteiro mínimo evitam a imposição de preconceções e categorias do pesquisador, dão mais voz aos entrevistados e, assim, produzem um rico material de pesquisa. Para preservar o anonimato dos entrevistados, o nome real foi substituído por um fictício no presente texto.

A organização e análise dos dados foram realizadas de acordo com os procedimentos sugeridos por Minayo (2010). Primeiramente, as entrevistas foram transcritas, relidas e os relatos foram organizados gerando uma espécie de mapa horizontal dos dados e descobertas no campo. Em seguida, por meio da leitura exaustiva e interrogativa das entrevistas e documentos, as primeiras impressões foram anotadas dando início à busca de coerência interna, à apreensão das estruturas mais relevantes dos discursos dos sujeitos e as suas ideias centrais. As entrevistas e documentos foram recortados em unidades de sentido e foram construídas as categorias analíticas de acordo com aquilo que pareceu mais relevante e representativo pelo grupo estudado no material obtido. Os dados obtidos na pesquisa foram relacionados com a literatura científica já produzida sobre o tema.

A prostituta, caso de polícia

Os CONSEGs foram criados em 1985, pelo Decreto Estadual n.º 23.455. Eles constituem-se por grupos de pessoas de um mesmo bairro, que se reúnem, mensalmente, para discutir e planejar soluções para os problemas de segurança. São, necessariamente, unidades de apoio à Polícia Estadual em sua relação com a comunidade e vinculam-se às diretrizes da Secretaria de Segurança Pública, que tem como representantes em cada Conselho o Comandante da Polícia Militar da área e o Delegado de Polícia Titular do Distrito Policial correspondente (CONSEG, 2014).

Sorocaba conta com cinco CONSEGs (FERNANDES, 2012). Estudamos aquele que representa, basicamente, os interesses dos comerciantes da região considerada como área de prostituição. De acordo com o dirigente do CONSEG entrevistado, Roberto, os comerciantes não se sentem “confortáveis” com a presença de prostitutas no centro, especialmente durante o dia. Ele classifica essa presença como um problema que deve ser solucionado:

A gente constantemente vem buscando uma solução para o problema. Só que quando se esbarra na lei a gente tem... a gente vê que essas pessoas têm total respaldo dentro da lei para poder exercer esse tipo de prática. No caso quando a gente vai buscar um auxílio da polícia militar, a gente escuta “elas estão expondo os genitais?” Não. “Elas estão praticando ato publicamente?” Não. E no caso da polícia civil [...] teria que pegar o casal em ato, em flagrante, e após eles serem flagrados, o rapaz contratante do serviço teria que falar que ele pagou. Então, é uma situação quase que impossível que aconteça! (Informação verbal)²

É interessante notar, possivelmente pela própria natureza dos CONSEGs, que o apoio buscado é sempre o da polícia. Para o entrevistado, a prostituição expandiu-se a ponto de tomar todo o centro da cidade e transformar as praças em um grande “feirão do sexo”. A solução seria a repressão policial:

Esse tipo de serviço está sendo praticado no local impróprio, vamos dizer assim, num local que... não era para estar ali! Se elas estivessem em um bairro retirado... porque, entra naquele ditado “o que os olhos não veem o coração não sente” [...] O problema é que aqui em Sorocaba, na praça hoje em que circulam em torno de 90 mil pessoas por dia, tem quase seu dia todo tomado por prostitutas e, digo mais, as pessoas que querem fazer o uso da praça, principalmente senhores de idade, são constantemente importunados e abordados por elas oferecendo serviços. Então nós temos uma praça hoje que é na verdade um feirão do sexo [...] E a gente vê que se não há um tipo de trabalho de repressão ou qualquer outra coisa, isso avança, porque a comunicação entre elas é muito rápida. (Informação verbal)³

Nota-se ainda que, para Roberto, o problema não é a existência da prostituição em si, já que reproduzindo o argumento de que ela é a mais antiga profissão do mundo, ele se vale de um discurso naturalizador, tão criticado por historiadoras especialistas no assunto como Rago (2011), que alega que a prostituição sempre existiu e sempre vai existir em qualquer lugar ou momento histórico. O que o preocupa é o fato de que ela exista em um local onde todos veem, onde há “mistura” das prostitutas com os comerciantes e o restante da sociedade. Percebe-se, portanto, um desejo – de caráter higienista - de expulsão delas do centro, de que voltem a existir as chamadas “zonas de meretrício”, desde que em bairros afastados. A solução para o problema representado por este outro que é a prostituta seria, então, a segregação espacial.

É possível perceber algumas iniciativas concretas por parte do CONSEG e de muitos comerciantes para expulsar as prostitutas, como a realização de um abaixo assinado em 2012

² Relato do dirigente do CONSEG, em entrevista às autoras.

³ Relato do dirigente do CONSEG, em entrevista às autoras.

pedindo claramente a saída delas, iniciativas mais individuais como a instalação, em alguns pontos de comércio, de pequenas “lanças” que impedem que alguém se sente na soleira do lado de fora dos edifícios, onde elas costumam “fazer ponto”. Nas palavras de Roberto: “O lojista quer expor o seu produto, e aquele tipo de pessoa sentada ali na frente da vitrine dele espanta o cliente”. Nota-se, nesta colocação, uma clara distinção entre o eu e o outro, que é descrito de forma depreciativa, é “aquele tipo de pessoa”, aquele tipo que é diferente, que incomoda, que espanta, que perturba, com o qual não há, enfim, nenhum tipo de identificação.

O CONSEG (2013) manifesta também apoio às operações da polícia que visem à expulsão das prostitutas, como mostra o ofício elaborado por esta instituição:

[...] Tendo em vista a adesão do Município ao projeto chamado “OPERAÇÃO DELEGADA”, pedimos que Vossa Senhoria manobre e encaminhe para este Centro da cidade, dois pares ou mais, deste efetivo. Para que os mesmos fiquem no centro com o foco único de coibir e desarticular a vadiagem, a mendicância e a prostituição. Desta forma, passando aos que daqui se utilizam, a sensação psicológica de um centro seguro e familiar.

O desejo de tirar dali as prostitutas parece fazer parte de um projeto maior de “limpeza” do Centro, que também implica na expulsão de pessoas em situação de rua e usuários de drogas, por meio de instrumentos como a internação compulsória, conforme consta em documento de declaração de apoio à efetivação da internação compulsória elaborado pelo CONSEG.

Para Roberto, o uso de drogas, o aumento da violência e a prostituição são fruto de um mesmo “mal”, a falta de conservadorismo e a degradação dos valores familiares:

[a existência da prostituição] não é por falta de dinheiro, nem de oportunidade. Hoje no Brasil a gente está na contramão de desemprego, então eu acho que isso aí é um pouco... pelo aumento você pode ver que são coisas que estão crescendo paralelamente: prostituição, drogas, violência. [...] essa queda na valorização da família, dos valores familiares [...] Então eu acho que falta um pouco de conservadorismo. (Informação verbal)⁴

Nota-se, assim, que o que sustenta a posição deste CONSEG contrária à prostituição não são valores humanitários ou políticos preocupados com as condições de vida e bem estar subjetivo dessas mulheres. Como lembra Albuquerque (2008), são os valores morais de defesa da instituição família ou o discurso médico e o policial articulando-se com o discurso moral no intuito de controlar a prostituição.

⁴ Relato do dirigente do CONSEG, em entrevista às autoras.

Leite (2005) mostra que a famosa Zona do Manguê, criada no Rio de Janeiro em meados do século passado, seguia essa concepção de controle da prostituição. Era uma região destinada, unicamente, à existência de bordéis fiscalizados e controlados pela medicina e pela polícia, seguindo a ideologia de higienização da cidade e discriminando a prostituta em relação a espaços públicos, que a partir de então deveriam ser frequentados apenas por “mulheres de família”. É, basicamente, o que este CONSEG defende que deveria ser feito nos dias de hoje em Sorocaba, indicando que a relação que esta instituição estabelece com as prostitutas é de uma alteridade radical, na qual o tratamento dado a esta alteridade é a exclusão (JODELET, 1998).

A prostituta como Maria Madalena: a pecadora absolvida

A instituição religiosa pesquisada é uma ala da Igreja Católica fundada em janeiro de 2000 por dois padres italianos. Constitui-se como uma Associação (como será denominada doravante) privada de fiéis, com sede na Arquidiocese de São Paulo. O movimento atua em 36 cidades brasileiras e está presente também em Portugal, na Bélgica e na Itália.

A Associação considera que também faz parte da sua missão oferecer oportunidades de reinserção social para grupos marginalizados, como moradores de rua ou de favelas e prostitutas. Há, inclusive, um tipo de evangelização destinado, especialmente, para as prostitutas, a evangelização Maria Madalena:

A evangelização Maria Madalena busca atingir adolescentes, jovens e adultos (as) marginalizados pela prostituição, na tentativa de devolvê-los a dignidade humana de acordo com os princípios éticos, morais e cristãos [...] A história conta que Maria Madalena foi prostituta e, quando se encontrou com Jesus o seguiu sem olhar para trás. Foi uma das mulheres que permaneceu aos pés da cruz e foi a primeira a vê-Lo depois da Ressurreição. Portanto, há sempre uma esperança de que essas pessoas após se encontrarem com Jesus busquem a vida nova que só Ele pode oferecer. (MISERICORDIA, 2014)

Em Sorocaba, este tipo de evangelização é realizado junto com a pastoral de rua: os evangelizadores caminham na região central à noite, abordando pessoas em situação de rua e prostitutas, orando, lendo trechos da bíblia e questionando se eles querem “mudar de vida”.

No caso das prostitutas e mulheres em situação de rua, é oferecido um “Caminho”, que consiste em uma estada em uma Casa de Abrigo, por cerca de 30 dias, onde elas seguem uma rígida disciplina. São estabelecidos horários determinado para cada uma das suas atividades,

que consistem, basicamente, em rezar, descansar e fazer trabalhos domésticos, o que é chamado de “labor terapia”. Teresa, freira responsável pela Casa de Abrigo, explicou:

Chegando aqui elas fazem o caminho de triagem, cerca de 20 dias a um mês, então aqui é por graça de Deus, não é? Elas querem... Então aqui que faz o trabalho de oração, não é? Então aqui elas têm meditação da palavra, rezam o terço, não é? Elas que tomam conta da casa, elas que cozinham, elas que fazem tudo. Então o nosso eixo é levar elas a fazerem experiência de Deus, não é? (Informação verbal)⁵

Quando as mulheres que ali chegam não tiveram uma trajetória com a Igreja Católica, durante o período que passam naquele espaço elas também são batizadas, fazem crisma e primeira comunhão. Após esses dias na Casa de Abrigo, elas são então encaminhadas para uma Casa maior, em Piracicaba, no estado de São Paulo, onde permanecem durante um ano em condições muito semelhantes. Por fim, a última parte do “Caminho” é retornar para a Casa de Abrigo por cerca de três meses para a “reinserção social”, na qual a Associação as auxilia para conseguir um emprego.

Essas práticas evidenciam que a instituição enxerga o outro - representado pelas prostitutas - e até se dispõe a acolhê-lo e ajudá-lo, mas sob condições muito específicas: de que este outro aceite e incorpore suas concepções ideológicas, suas regras e comporte-se de acordo com o que a instituição considera adequado.

Esta iniciativa lembra os “Lares de Madalena”, citados por Roberts (1992), que se constituíam em comunidades monásticas de ex-prostitutas, fazendo parte de um forte movimento da Igreja durante o século XII para “salvá-las”, baseados na figura de Maria Madalena como prostituta arrependida que teria sido salva e perdoada por Deus. Este ideal de salvação divina fica claro nas palavras da freira Teresa:

A gente tenta levar elas, voltar elas para a família, nosso objetivo é levar elas para o seio da família e também inserir novamente na sociedade, que é procurar emprego, não é? Voltar à divindade de ser mulher, divindade filha de Deus. Então a gente tenta de todas as formas abarcá-las com isso [...] e levar essas experiências de Deus, e a gente tem formações, para sentir esse amor, não é? Largar do mundo das drogas, da prostituição. (Informação verbal)⁶

A prostituição é definida pela coordenadora da Casa de Abrigo, Inês, como uma “deficiência” para a qual há solução e perdão, por meio do acolhimento e da indicação de novos caminhos, combatendo o pecado e não o pecador:

⁵ Relato da freira responsável pela Casa de Abrigo, em entrevista às autoras.

⁶ Relato da freira responsável pela Casa de Abrigo, em entrevista às autoras.

É uma deficiência, porém, elas têm uma solução, não é uma deficiência que não tem mais jeito, elas têm jeito. Elas só perderam a dignidade delas como mulher, e só enxergam que aquele é o meio de saída delas. Porém, o que a comunidade tenta fazer é mostrar que há um novo mundo, há um outro jeito. (Informação verbal)⁷

Nota-se, portanto, que a noção do outro é percebida como “pior”, deficiente, errada, mas que ainda pode ser melhorada e salva. Quando questionadas a respeito da opinião delas sobre as razões da existência da prostituição, muitas explicações aparecem, concomitantemente. Inês atribui grande responsabilidade à “degeneração” da família, assemelhando-se, até certo ponto, ao discurso de caráter moralista do CONSEG, com a diferença de que a Associação esforça-se por adotar uma postura menos julgadora e mais empática em relação às prostitutas:

Toda raiz está na família, toda raiz, é... a rejeição da família por algum motivo, é o não cuidar da família, então assim, toda realidade que chega aqui na nossa casa, tudo é envolvendo família, não é.. Tudo... Então já ouvi assim “por que foi que eu entrei na droga cedo? Porque meu pai oferecia...”; “Porque meu pai batia em mim para eu pegar o cigarro”; “Porque eu era obrigada a vender com a minha mãe” [...] Então elas não estão nesse mundo, nessa situação porque querem. [...] E quando adulta, de repente, uma traição do marido... Uma traição que leva... Então, tem vários pontos, não é, tem vários pontos que levam a pessoa a essa vida. (Informação verbal)⁸

A relação de alteridade estabelecida pela Associação com as prostitutas lembra, portanto, a noção de estrangeiro descrita por Jodelet (1998), na qual entende-se que o estrangeiro é aquele que não tem raízes com o grupo, não partilha, dessa forma, de experiências, crenças e características. Há uma relação de estranhamento do grupo para com o estrangeiro e de um rebaixamento moral de algumas de suas características e modos de vida. Não há, contudo, um desejo de exclusão como no caso da alteridade radical. Existe a possibilidade de acolhimento, mesmo sob circunstâncias muito específicas, e, de certa forma, autoritárias, uma vez que o acolhimento é condicionado à imposição das crenças, valores e regras da instituição. Existe também o sentimento de empatia, uma vez que o outro (a prostituta), apesar de suas diferenças específicas, é reconhecido como humano.

⁷ Relato da coordenadora da Casa de Abrigo, em entrevista às autoras.

⁸ Relato da coordenadora da Casa de Abrigo, em entrevista às autoras.

A prostituta, sujeito de direitos

De acordo com Petuco (2012), no Brasil, em 1994, foi colocado em prática o primeiro Programa de Redução de Danos que prosseguiu, na cidade de Salvador (BA), no interior da Universidade Federal da Bahia, como um projeto de pesquisa e extensão da Faculdade de Medicina. Ao longo da década de 1990, programas de Redução de Danos espalharam-se por algumas outras cidades e estados e, em 1997, foi criada a ABORDA - Associação Brasileira de Redutores e Redutoras de Danos. O autor apresenta a definição de Redução de Danos desta Associação:

É um paradigma que constitui um outro olhar sobre a questão das drogas, instituindo novas tecnologias de intervenção comprometidas com o respeito às diferentes formas de ser e estar no mundo, promovendo saúde e cidadania [...] Redução de Danos é também um conjunto de estratégias de promoção de saúde e cidadania construídas para e por pessoas que usam drogas, que buscam minimizar eventuais consequências do uso de drogas lícitas ou ilícitas, sem colocar a abstinência como o único objetivo do trabalho em Saúde. [...] respeitando a premissa de que saúde é um direito de todos (PETUCO, 2012, p. 128 - 129).

A terceira instituição investigada em nossa pesquisa foi uma ONG, fundada em abril de 2008, em Sorocaba. Ela tem como um de seus fundamentos o trabalho em Redução de Danos, atendendo uma média de 25 usuários por mês em sua sede, onde é feito acolhimento, orientações e encaminhamentos de acordo com as necessidades individuais nas áreas social, de saúde, educacional e cultural.

Além disso, há também usuários que são acompanhados nas ruas, em locais identificados como de alto risco social, por educadores sociais e redutores de danos que fazem um trabalho de orientação e prevenção relacionado ao sexo seguro e uso abusivo de drogas, com o propósito de minimizar os danos à saúde e sociais. A população atendida constitui-se por moradores de rua, usuários de drogas e/ou prostitutas (MEIRELLES; GONÇALVES, 2012).

Em entrevista, a presidente da ONG relatou que, independente do uso de drogas, ou de estar ou não em situação de prostituição, busca-se atender pessoas em situação de vulnerabilidade social:

[...] O nosso foco não é a profissional do sexo, o nosso foco são as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. E a gente considera que essas pessoas que estão na rua de alguma forma elas estão em uma situação, precisando de um cuidado, de uma orientação maior. (Informação verbal)⁹

O trabalho desenvolvido nas ruas é dividido em diferentes campos de atuação, de modo que os redutores de danos atuam em diferentes territórios na cidade, sendo um deles a região central de Sorocaba, na qual é realizado o trabalho com prostitutas. Além da distribuição de preservativos e géis lubrificantes, são realizadas outras ações no sentido da promoção de cidadania, como esclarecimentos em relação a questões de saúde de variados aspectos, encaminhamentos médicos e psicoterapêuticos, orientações a respeito da rede de saúde e de assistência social, e uma escuta humanizada. Caio, que trabalha como redutor de danos, descreve a atuação junto às prostitutas da seguinte forma:

[...] uma maneira de reduzir danos é você, por exemplo, tentar incentivá-las a pagar INSS, coisas que vão ajudá-las a terem um futuro quando elas não puderem se prostituir. E a entrega de preservativos é essencial [...], e também a gente faz encaminhamentos, por exemplo, faz encaminhamentos para mandar para os lugares essenciais onde elas precisam... Ou, muitas vezes, não só encaminhamentos para casos específicos de DST e Aids, mas tratamento muitas vezes psicológico [...] Tentar reduzir os danos em todos os aspectos. (Informação verbal)¹⁰

Preocupar-se com os direitos do outro, como faz a ONG quando atenta-se para a questão da aposentadoria e busca orientar as prostitutas no sentido de garantir este direito, é, de acordo com Guareschi (1998), indicativo de que está sendo estabelecida uma relação ética e justa com o outro, uma alteridade positiva. É possível perceber, ainda, uma preocupação em tratar e enxergar a população atendida de uma maneira livre de preconceitos, como observa-se na fala de Gabriel, que também atua como redutor de danos, quando foi interrogado sobre qual seria a diferença do “olhar” da Redução de Danos:

⁹ Relato da presidente da ONG, em entrevista às autoras.

¹⁰ Relato de Caio, redutor de danos da ONG, em entrevista às autoras.

Acho que a diferença principal é que a gente está disposto a conversar com elas e ouvir o que elas têm a dizer, sem ter aquele pré-conceito [...] Acho que essa talvez seja a grande diferença, que a gente está... mais... mais aberto talvez, mais disposto a ouvir o que elas têm a falar, sem qualquer tipo de julgamento não é, a princípio... à priori. (Informação verbal)¹¹

A equipe da ONG demonstrou ainda uma visão crítica e preocupada com a violência, as vulnerabilidades e o preconceito aos quais as prostitutas estão submetidas:

À violência, porque querendo ou não, as pessoas que vão lá muitas vezes são pessoas que já fizeram uso de alguma droga, que pode gerar uma violência maior... Muitos vão embriagados... Vão com uso de cocaína... Ou mesmo até, não usando, eles acham que estando no direito de pagar, estão consumindo um produto, e aquele produto é dele, e eles podem bater, xingar, humilhar, e isso é um risco que elas correm. Além dos riscos de DST e de Aids. (Informação verbal)¹²

[...] acabam enfrentando toda a outra questão junto às questões sociais também, que é violência, discriminação, preconceito e tal... E assim, a forma como elas são vistas, como são tratadas... e junta, tem uma culpa aí no meio...(Informação verbal)¹³

Os redutores de danos mostraram-se, também, sensíveis às questões sociais relacionadas à prostituição, como a condição socioeconômica das mulheres e as variadas formas de violências sofridas por elas, como podemos observar nas falas abaixo. Assim, eles não se valem de argumentos morais para explicar a prostituição e nem culpabilizam a prostituta pela existência da mesma. Quando questionado a respeito dos motivos que levam à existência da prostituição, Gabriel citou a demanda de clientes:

Porque existe demanda, não é?! Porque tem gente que está disposto a pagar por sexo [...] pela fantasia, de estar pagando, do poder, da dominação, eu acho que tem um pouco a ver com isso também, mas com certeza existe porque tem demanda [...] se não houvesse alguém procurando, elas não estariam ali [...] (Informação verbal)¹⁴

E completou ressaltando necessidades econômicas e outras condições sociais desfavoráveis:

¹¹ Relato de Gabriel, redutor de danos da ONG, em entrevista às autoras.

¹² Relato de Caio, redutor de danos da ONG, em entrevista às autoras.

¹³ Relato da presidente da ONG, em entrevista às autoras.

¹⁴ Relato de Gabriel, redutor de danos da ONG, em entrevista às autoras.

[...] eu acho que é bem difícil afirmar assim qual é a motivação, eu acho que o que a gente pode pensar é que a falta do dinheiro, a falta de oportunidade de emprego, de qualquer coisa em relação a isso, é um grandíssimo fator, que influencia [...] a falta de outros tipos de emprego, de oportunidade, de estudos mesmo... Mas, eu acho que não dá para falar em uma causa, eu acho que é todo o contexto em que essas pessoas vivem, a história de vida de cada um... (Informação verbal)¹⁵

Em relação à sua interpretação a respeito da realidade vivida pelas prostitutas, Caio relatou:

Eu vejo esse quadro, entendeu?! Um quadro de necessidade [...] E também tem as que estão ali pelo uso de drogas [...] porque acaba sendo uma vida tão difícil que, muitas vezes, ela acaba sendo induzida pelas coisas a utilizar droga. (Informação verbal)¹⁶

Pode-se perceber, dessa forma, que a ONG não estabelece com as prostitutas uma relação de alteridade negativa, posto que não associe a elas características depreciativas, de rebaixamento. Pelo contrário, reconhece as dificuldades que lhes são impostas pelas condições sociais e econômicas desfavoráveis e pelo preconceito, que levam à marginalização deste grupo. A sensibilidade presente nesta forma de relacionamento dá indícios de que é estabelecida uma relação de identificação que sugere a noção do “outro-semelhante” de Jodelet (1998), na qual há uma espécie de transferência através da qual um sujeito remete ao outro as características dele próprio, relaciona-se bem com o outro e o humaniza, apesar das diferenças existentes entre eles.

Diferentemente das outras duas instituições estudadas, a ONG expressa as suas posições de maneira bastante aberta, demonstrando mais preocupação com os sujeitos, do que com as suas próprias concepções morais. Ao ser questionado sobre o que pensa a respeito da regulamentação da prostituição, por exemplo, Gabriel responde: “[...] Talvez assim, pesando os prós e os contras não é, os aspectos positivos e os negativos, talvez ainda seja vantajoso não é, para elas... Mas não sei, isso é o que eu acho... Você teria que ouvir muito mais elas para saber o que elas acham...”.

Essa última frase de Gabriel ilustra muito bem uma noção positiva de alteridade, aquela em que se enxerga o outro como sujeito ativo no mundo e como sujeito de saber. Guareschi (1998) afirma que, sistematicamente, o outro (seja ele a mulher, o negro, o índio, enfim, o marginalizado, o excluído) é colocado à margem da história, da formulação de

¹⁵ Relato de Gabriel, redutor de danos da ONG, em entrevista às autoras.

¹⁶ Relato de Caio, redutor de danos da ONG, em entrevista às autoras.



representações e das tomadas de decisão. A frase de Gabriel - “Você teria que ouvir muito mais elas para saber o que elas acham” - é, portanto, muito valiosa nesse sentido, uma vez que aponta o caminho contrário: É como se ele dissesse “Eu até posso pensar e dar alguma opinião sobre a realidade delas, mas isso não é o importante. O importante é que você pergunte a elas, pois sobre aquela realidade, o saber delas é muito mais valioso que o meu”, demonstrando consideração pelo saber do outro-semelhante.

Considerações finais

Para finalizar, ao produzirmos conhecimento sobre alteridade, é importante resgatar as reflexões de Jovchelovitch (1998), quando a autora frisa que, apesar de em muitos momentos, a alteridade ter sido vista pela psicologia e pelas ciências sociais com o pessimismo de Sartre (“o inferno são os outros”), no sentido de pensar o outro como regulador e cerceador das atitudes do eu. A inexistência do outro é que é seria o inferno:

Subjacente ao Panóptico, e todas as formas de ditadura, sejam elas de tipo fascista ou stalinista, estava a onipotência dum olhar autocontido, um olhar certo de si mesmo e da verdade que impunha. Para este olhar, o outro não existe, e com seu desaparecimento simbólico, comunidades são destruídas, direitos individuais são postos em questão, saberes sociais tornam-se uma ameaça, e o viver, de fato, torna-se um inferno. Contra essa sombria visão, nossa única alternativa – e nossa única esperança – é a resistência ativa do outro (JOVCHELOVITCH, 1998, p. 81-82).

Como pudemos ver, historicamente, a alteridade, ou seja, as relações de diferenciação que indivíduos e grupos sociais estabelecem com os outros têm levado à discriminação e exclusão, não só no caso das prostitutas, mas também de outros grupos marginalizados. No entanto, para combater a alteridade negativa, a alteridade radical que gera preconceito e práticas segregacionistas, não se trata de lutarmos contra todas as formas de alteridade, ou contra a existência do outro, mas sim de promover a sua resistência ativa. Trata-se de estabelecermos relações com aqueles que para nós são outros, não mais pautadas na noção do outro como ameaça, mas de que ele é, simplesmente, alguém essencial a mim, sem o qual seria impossível me definir, me desenvolver e me constituir, psicologicamente, como sujeito, ou socialmente e coletivamente, como humanidade.

Referências

- ALBUQUERQUE, R. M. M. **Para além da tensão entre moral e economia, reflexões sobre a regulamentação da prostituição no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.
- AFONSO, M. L. **Regulamentar para quê(m)?** As representações sociais de prostitutas sobre a regulamentação da “profissão”. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- AFONSO, M. L.; SCOPINHO, R. A. Prostituição: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão. In: FAZENDO gênero 10 desafios atuais dos feminismos, 2013, Florianópolis, SC. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, 2013.
- BERNSTEIN, E. O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo. **Cadernos Pagú**, Campinas, n. 31, p. 315 - 362, jul/dez, 2008.
- CONSEG. Conselho de Segurança (2013). Ofício nº 10, de 26 de abril de 2013. **Segurança pública**. Sorocaba: CONSEG, 2013.
- DESCHAMPS, J.; MOLINER, P. **A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DINIZ, M. I. **Silenciosas e silenciadas: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal – RN**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- FÁVERI, M. As piriguetes de Floripa: práticas contemporâneas de propagandas de sexo pago. In: FÁVERI, M.; SILVA, J. G.; PEDRO, J. M. (Orgs.) **Prostituição em áreas urbanas histórias do tempo presente**. Florianópolis: UDESC, 2010. p. 17 – 44.
- FERNANDES, R. Conseg está cada vez mais participante, diz delegado. **Jornal Ipanema**, Sorocaba, 24 set. 2012. Disponível em: <http://jornalipanema.com.br/noticias/sorocaba/25961-conseg-esta-cada-vez-mais-participante-diz-delegado>. Acesso em: 21 set. 2014.
- GUARESCHI, P. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, A. (Org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 149 – 161.
- GUIMARÃES, K.; MERCHÁN-HAMANN, E. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 525-544, set/dez, 2005.
- LEGARDINIER, C. Prostituição I. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 198-203.
- JODELET, D. A alteridade como produto do processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (Org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 47 – 68.
- JOVCHELOVITCH, S. Re(des)coabrindo o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In: ARRUDA, A. (Org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 69 – 82.
- LEITE, J. L. **República do mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954 – 1974)**. São Caetano do Sul: Yendis, 2005.
- MEIRELLES, M. M.; GONÇALVES, V. L. C. Pode crer: um espaço para todos. In: MARTINS, F. M. (Org.). **História dos movimentos sociais da região de Sorocaba**. Holambra: Setembro, 2012. p. 361 – 372.



MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MISERICORDIA. Maria Madalena. São Paulo. Disponível em: <http://www.misericordia.com.br/mariamadalena/?page_id=6>. Acesso em: 22 set. 2014.

OLIVEIRA, M. Q. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte**: o trabalho na vida nada fácil. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

O QUE SÃO os Consegs? Disponível em: <<http://www.conseg.sp.gov.br/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

PETUCO, D. Redução de danos. In: **ÁLCOOL e outras drogas**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2012. p. 127-138.

RAGO, M. A prostituição ontem e hoje. In: GRILLO, J. G. C.; GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, P. P. A. (Orgs.). **Sexo e violência**: realidades antigas e questões contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2011. p. 211 – 226.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SPINK, M. J. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.) **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 85-108.

Mariana Luciano Afonso – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. São Carlos | SP | Brasil. Contato: mariana.l.afonso@gmail.com

Rosemeire Aparecida Scopinho – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. São Carlos | SP | Brasil. Contato: scopinho@ufscar.br

Artigo recebido em setembro de 2014 e aprovado em novembro de 2014.